

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: ANP faz leilão de petróleo com foco em médias empresas	2
Título: Petrobras e Exxon discutem parceria, diz agência.....	3
Título: De volta à luz.....	4
Título: BNDES capta US\$ 1 bilhão para apoiar energia limpa	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: BNDES conclui captação de US\$ 1 bi para energias renováveis	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	6
Título: Quem vai querer?	6
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	6
Título: BNDES capta US\$ 1 bi em títulos verdes.....	6
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Energia renovável e o futuro da matriz energética do Brasil	7
Título: Destaques.....	10
Título: Venda de controle da BR distribuidora divide Petrobras.....	10
Título: Nippon Steel diz querer solução para Usiminas	12

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: ANP faz leilão de petróleo com foco em médias empresas**

Disputa por nove campos antigos tem lance mínimo de R\$ 23 mil

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) inicia amanhã a temporada de leilões de áreas para exploração de petróleo e gás natural no país. A agência vai ofertar nove campos terrestres antigos, que já produziram petróleo e foram devolvidos pela Petrobras. Esta primeira disputa, chamada de "rodadinha" é voltada para pequenas e médias empresas nacionais e estrangeiras. O investimento previsto nos campos soma R\$ 9,8 milhões, e a estimativa de arrecadação é de R\$ 451.505. O certame antecede leilões mais aguardados no mercado, como a 14ª Rodada de áreas do pós-sal, marcada para setembro, e os dois leilões do pré-sal, previstos para outubro.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO EM TERRA

Para arrematar algum dos nove campos que serão leiloados amanhã, o investidor precisa arcar com bônus de assinatura (lances mínimos) que variam de R\$ 23.354 a R\$ 70.061. Mas, para contar com o seu próprio campo de petróleo, o investimento mínimo necessário para retomar a produção varia de R\$ 700 mil a R\$ 2,8 milhões, de acordo com o campo. Serão leiloadas áreas na Bacia do Espírito Santo (Garça Branca e Rio Mariricu); Bacia do Recôncavo, na Bahia (Araçás Leste, Jacumirim, Vale do Quiricó e Itaparica) e Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte (Noroeste do Morro Rosado, Urutau e Iraúna).

Apenas 13 empresas se inscreveram, e dez foram habilitadas a participar do certame, como várias companhias de engenharia. A ANP destacou que o leilão de campos maduros, que foram devolvidos pela Petrobras, busca incentivar a retomada das atividades exploratórias, incentivar o surgimento de pequenas e médias petrolíferas no país.

O especialista em petróleo e gás Alexandre Chequer, sócio do Tauil & Chequer Advogados, ressaltou a importância de o país adotar uma política para desenvolver a produção de petróleo em terra, o que pode ser feito tanto por meio da oferta de áreas ainda não exploradas como de campos maduros. Chequer lembra que países de pequena extensão territorial produzem mais petróleo em terra que o Brasil, que orientou sua indústria para a exploração em campos marítimos. Segundo o especialista, o patamar de produção atual no Equador é de cerca de 500 mil barris por dia, enquanto no Brasil a produção é da ordem de 130 mil barris por dia.

— É importante o desenvolvimento da exploração de petróleo e gás em terra, pois o Brasil tem um grande potencial ainda desconhecido. Aqui, o foco foi sempre a exploração nos campos marítimos. E um dos benefícios importantes é o desenvolvimento social que isso gera nas comunidades locais — disse Chequer.

Na avaliação de um executivo de uma petroleira de médio porte, que pediu para não ser identificado, as áreas ofertadas pela ANP são campos que já produziram bastante ao longo de sua vida útil e agora necessitam de investimentos elevados para que a produção seja retomada.

— São campos que já foram muito explorados, e exigem agora investimentos relevantes para uma produção relativamente pequena. É muito difícil ser pequeno ou médio produtor de petróleo no país. São inúmeras exigências. Dependendo do projeto, nem vale a pena arriscar — afirmou o empresário.

SEM CONTEÚDO LOCAL

Carlos Maurício Ribeiro, especialista do Vieira, Rezende Advogados, avalia que as áreas ofertadas despertaram pouco interesse dos investidores. Ainda assim, afirma que o certame pode funcionar como um teste de capacitação da indústria. Nesta disputa, as empresas não são obrigadas a cumprir um percentual mínimo de conteúdo local.

— Para ter sucesso na retomada de produção nessas áreas, as empresas precisam ter acesso a tecnologias de recuperação de reservatórios. São campos que já produziram muito. Sem a obrigatoriedade de conteúdo local, vai ser um importante teste para as empresas demonstrarem sua capacitação — explicou.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras e Exxon discutem parceria, diz agência

Conversas podem resultar em acordo similar ao fechado com a Total

As petroleiras Exxon Mobil e Petrobras conversaram sobre uma parceria estratégica que poderia envolver múltiplos ativos no Brasil e exterior em diferentes segmentos da indústria, similar ao acordo de US\$ 2,2 bilhões assinado com a Total em dezembro, disseram à Bloomberg pessoas com conhecimento das negociações.

Um acordo nesses moldes daria à Exxon acesso a campos de petróleo e infraestrutura no Brasil, enquanto a Petrobras ganharia com a expertise da

americana em produção, refino e distribuição, contaram as fontes. Na semana passada, Carla Lacerda, diretora da Exxon no Brasil, disse que a empresa vê grandes oportunidades no país.

ENCONTRO COM A BP

Petroleiras internacionais têm sido atraídas após a flexibilização da regulação do setor e a abertura do mercado a mais concorrência. Na última semana, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, se reuniu em Houston com Carla e o diretor da British Petroleum (BP) para a América Latina, Felipe Arbelaiz, segundo as fontes.

Arbelaiz confirmou ter falado com Parente em algumas reuniões e disse que, com as mudanças nas políticas do setor, "todas as companhias estão revisando suas estratégias para o Brasil"!

Lauren Kerr, porta-voz da Exxon, afirmou que a empresa não comenta "rumores ou especulação". Já a Petrobras não retornou imediatamente o contato da agência de notícias. (Da Bloomberg News)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: De volta à luz

Paulo Roberto Pinto, ex-presidente da Light, assumiu o comando da Norte Energia, responsável pela construção da Usina de Belo Monte.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: BNDES capta US\$ 1 bilhão para apoiar energia limpa

O BNDES concluiu ontem emissão de US\$ 1 bilhão em títulos "verdes" (green bonds) no mercado internacional. O montante será usado para financiar projetos de energia limpa — eólica e solar. É a primeira vez que um banco brasileiro faz emissão externa de green bonds.

A expectativa era levantar US\$ 500 milhões. Como a demanda atingiu US\$ 5 bilhões, o banco dobrou o volume da emissão. Foram contemplados pouco mais de 250 investidores. A última vez que o banco fez uma emissão no exterior foi em 2014.

O título terá juro de 4,8% ao ano, o que representa prêmio de 2,7 pontos percentuais sobre a referência de mercado, que é o título do Tesouro americano, e 0,6 ponto percentual sobre os títulos públicos brasileiros emitidos no exterior. O vencimento dos papéis será de sete anos.

O diretor financeiro do banco, Claudio Coutinho Mendes, disse que o objetivo da operação é reforçar a imagem do BNDES no apoio a projetos verdes e manter os canais abertos com investidores internacionais para eventuais captações futuras. Ele afirmou, porém, que não há intenções de fazer novas emissões externas no curto prazo. ()

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: BNDES conclui captação de US\$ 1 bi para energias renováveis

O BNDES concluiu nesta terça (9) captação de US\$ 1 bilhão no mercado internacional por meio da emissão de "green bonds", títulos de dívida voltados para investimentos em projetos sustentáveis.

Foi a primeira vez que o banco acessou este tipo de mercado. Os recursos serão usados para financiar projetos de energia renovável, como eólica ou solar.

"A grande vantagem é acessar uma nova qualidade de investidores e reforçar a imagem do banco como instituição de financia projetos sustentáveis", afirmou o diretor financeiro do BNDES, Cláudio Coutinho.

Ele diz que cerca de 250 investidores compraram os bônus. A expectativa inicial era levantar US\$ 500 milhões, mas a alta demanda, que chegou a 10 vezes este valor, levou o banco a ampliar a oferta.

Foi a primeira emissão de títulos do BNDES no mercado internacional desde 2014.

Os títulos emitidos nesta terça têm vencimento em 2024. O banco vai pagar aos investidores uma taxa de 4,8% ao ano.

"A operação confere aos projetos do BNDES um selo de qualidade ambiental", disse a diretora de infraestrutura da instituição, Marilene Ramos.

Segundo ela, uma lista de projetos de energias renováveis passou por avaliação de uma consultoria independente antes da emissão, o que pode facilitar novas captações no futuro.

Entre 2003 e 2016, o BNDES aprovou 87 projetos deste tipo, com investimento total de R\$ 28,5 bilhões. Os empreendimentos somam uma capacidade de 10,7 gigawatts (GW).

Os recursos da emissão de títulos serão usados tanto para refinarar alguns dos projetos já aprovados quanto para novos investimentos, explicou Coutinho. Ele disse que não pode detalhar, porém, o nome dos projetos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Dayanne Sousa

Título: Quem vai querer?

A Petrobrás definiu que colocará a PetroAfrica formalmente em seu programa de desinvestimentos. Há três bancos de investimento disputando o mandato do negócio: Goldman Sachs, Standard Bank e Barclays. Mas as negociações seguem em andamento e outro concorrente pode entrar no páreo. O BTG Pactual, que é sócio da PetroAfrica com a petroleira, quer vender o ativo há tempos. Procurados, Petrobrás e BTG não comentaram.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Azelma Rodrigues

Título: BNDES capta US\$ 1 bi em títulos verdes

Com uma demanda de US\$ 5 bilhões, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concluiu ontem uma captação no mercado externo de valor equivalente a US\$ 1 bilhão em emissão de green bonds (títulos verdes). Os recursos serão destinados para futuros projetos e ao refinanciamento de usinas de energia renovável que estão com problemas financeiros, explicou a diretora de Infraestrutura do banco, Marilene Ramos.

A instituição tem “grande” demanda por crédito para energia eólica, produzida pelo vento em aerogeradores, e solar, por meio de painéis fotovoltaicos, a maioria na região do semiárido nordestino, informou. Marilene não disse, no entanto, qual a exata demanda atual do setor por financiamento.

Os papéis, com vencimento em 2024, são chamados green bonds porque os recursos têm destinação exclusiva a projetos ambientalmente sustentáveis. Entre 2003 e 2016, somente no setor de energia eólica, o BNDES aprovou 87 operações de crédito, num total de R\$ 28,5 bilhões, gerando aumento de capacidade instalada de cerca de 10,7 megawatts (MW).

De acordo com a diretora de infraestrutura do banco de fomento, a taxa de retorno aos investidores (yield) é de 4,8% ao ano, acima dos 4,05% obtidos pelo BNDES em sua última captação (US\$ 1 bilhão) em 2014, com papel novo de vencimento em 2019.

A emissão de ontem representa prêmio de 269,3 pontos-base sobre títulos do Tesouro americano de prazo semelhante — o equivalente a 2,7 pontos percentuais acima dos ativos considerados os mais seguros do mundo — ou a 60 pontos-base sobre os últimos títulos colocados pelo Tesouro Nacional no mercado internacional.

A procura superou as expectativas do BNDES, que pretendia buscar cerca de US\$ 500 milhões, mas encontrou uma demanda 10 vezes maior, partindo de 370 investidores. A oferta ficou limitada a 250 investidores. Segundo o diretor financeiro, Claudio Coutinho, o banco de fomento se junta a outras duas empresas privadas do Brasil que captaram em green bonds no exterior. “A aplicação dos recursos se dará após análises de projetos ao longo do ano”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Fátima Ferreira

Título: Energia renovável e o futuro da matriz energética do Brasil

A inserção da energia renovável na matriz energética mundial é um caminho inédito, sem volta e absolutamente necessário para que o mundo possa continuar a produzir itens de que a sociedade necessita.

Dadas as suas condições privilegiadas, como a vasta riqueza da biodiversidade, ampla variedade e disponibilidade de recursos naturais, potencial hidrelétrico, enorme área e produtividade da agricultura e excelente clima, o Brasil certamente terá um papel de destaque nesse cenário mundial, que é muito promissor.

No entanto, para que todo esse potencial possa ser convertido em reais vantagens comparativas e competitivas para o país, ainda há que se percorrer um enorme caminho. Apesar de a energia eólica já ser produzida a custos competitivos, ainda existem dificuldades para que esses volumes sejam fornecidos ao mercado consumidor. Ademais, a produção de energia de muitas das possíveis fontes renováveis carece de tecnologias e processos de obtenção em larga escala, para que permitam a entrega de um produto a custos mais competitivos.

A curva de aprendizado que teremos de percorrer até que tenhamos uma energia renovável realmente atrativa ainda é imprevisível, mas com tendência de aceleração pelas próprias forças naturais de mercado.

Naturalmente, como alguns processos de produção dependem de forte presença de uma variável pouco controlada pelo homem, como condições climáticas, esse tipo de energia tende a ser muito mais variável do que a energia produzida por outras fontes. O fator imprevisibilidade, assim, tem um peso maior em razão da escala ainda não adequada de produção. Nesse aspecto, com a inserção do viés de custos altos, característica atual da fonte de energia renovável, o consumidor, naturalmente, por enquanto, não terá interesse em sua utilização. Portanto, as curvas de oferta e demanda tradicionais se adequarão em uma escala de tempo maior do que aquelas tradicionais.

Apesar da ressalva custo, o Brasil e o mundo precisam trabalhar na direção da aceleração da inserção da energia renovável na matriz energética. O Acordo de Paris, que foi firmado na Conferência das Partes sobre Mudança Climática de 2015 (CoP-21) e entrou em vigor no início de novembro de 2016, na véspera da CoP-22, representa um grande avanço nos esforços para a implementação de ações mais concretas e efetivas para redução das emissões de gases de efeito estufa, que contarão, no futuro próximo, com uma parcela significativa de energias mais limpas do que as tradicionais.

Tramitam, hoje, no Congresso Nacional, algumas matérias que tratam da obrigatoriedade de contratação pelos consumidores livres de energia elétrica originada de fontes renováveis. Um desses projetos prevê que com a inserção obrigatória de 20% de energia renovável na matriz energética brasileira, haverá uma maior diversificação do parque gerador nacional e, sendo assim, o país terá mais segurança de suprimento, pela menor dependência das hidrelétricas, que são constantemente afetadas pelas imprevisibilidades da hidrologia. Os defensores das matérias acreditam também que, assim, haverá redução de tarifas e ganhos ambientais.

Projetos em análise no Congresso punem a indústria e consumidor com tarifas mais elevadas de energia

Infelizmente, apesar da boa intenção, não serão apenas essas as consequências dessas medidas, caso elas venham a ser aprovadas. O caminho a ser seguido deve ser o de que se estimule um consumo no país de energia mais limpa ou incentivar os geradores a elevarem suas produções aumentando a escala. Os projetos em análise no Congresso Nacional vão em direção contrária, punindo a indústria e os demais consumidores com tarifas mais elevadas de energia, uma vez que os 20% obrigatórios poderão causar uma elevação nas atuais tarifas da ordem de 5%.

A tarifa de energia elétrica paga pela indústria brasileira, mesmo com a abundância de água, é muito elevada, o que confere ao país a 7ª posição no mundo em termos de tarifas mais altas, segundo estudo recente da CNI. Sendo assim, impor ao consumidor mais um ônus, não será nada saudável. Portanto, deveríamos caminhar na direção de se premiar a inserção da energia renovável na matriz energética, mas não pelo caminho do encarecimento das tarifas ou de encargos.

Mas como estimular essa energia alternativa no cenário atual? Esse, certamente, é o maior desafio, pois sabemos que as fontes renováveis exigem apoio para sua expansão e consolidação, bem como sobrevivência, mas não podemos deixar a indústria ser penalizada por isso, arcando com valores exorbitantes de encargos ou subsídios que, no final, acabam por onerar todos os consumidores, não só de energia elétrica, mas de todos os produtos e bens necessários para a vida. Além disso, essas punições também podem induzir a ineficiências na operação.

Nesse contexto, numa iniciativa de minimizar o grande impacto tarifário, é de se pensar na criação de um "prêmio" para os consumidores industriais que venham a introduzir a fonte de energia alternativa nos seus processos produtivos, tornando eficiente o seu uso. Também é possível pensar em projetos integrados de produção de energias renováveis para atendimento a complexos industriais, condomínios, shoppings, entre outros, de forma a permitir a expansão planejada e racional das fontes alternativas, além do estímulo à autoprodução e à cogeração de energia, especialmente quando os processos industriais permitirem o aproveitamento, por exemplo, de vapor de forma a otimizar e complementar as atividades da unidade de produção, com ganhos de eficiência energética.

Há caminhos, há meios, existem muitas ideias. Todavia, temos que evitar a todo o custo o caminho mais doloroso e que tem sido o mais recorrente no país atualmente, que é o da penalização do consumidor com encargos que incidem sobre a energia e que nada têm a ver com a atividade industrial propriamente dita. Basta de custos, basta de aumento de tarifas.

Esses caminhos alternativos seriam, sim, uma forma de acelerar a inserção da fonte renovável na matriz energética, de forma justa e correta para toda a sociedade.

Queremos a mudança, a diversificação da matriz energética, uma energia mais nobre, mais limpa, mas temos que aproveitar a oportunidade para fazer essa mudança com propostas que não onerem a indústria e que não retirem ainda mais a competitividade do setor industrial, que, há anos, vem sendo penalizado por "políticas tortas", que estimulam o consumo sem a contrapartida de uma produção mais leve de impostos e de encargos e mais equânime àquela que se pratica em outras partes do mundo.

Fátima Giovanna Coviello Ferreira é economista com especialização em gestão empresarial e tecnológica na indústria química e diretora de Economia e Estatística da Abiquim.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Indenização para Copel

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologou ontem o valor de R\$ 667,6 milhões em indenização à Copel pelos ativos antigos de transmissão não amortizados que foram renovados antecipadamente em 2012. Segundo a companhia, a indenização terá impacto de R\$ 224,6 milhões na receita operacional do primeiro trimestre deste ano. Até o fim do ano passado, a companhia já tinha reconhecido o valor de R\$ 580,7 milhões na data base de 31 de dezembro de 2012, além de recalculer a estimativa de fluxo de caixa, que representou um saldo do ativo de R\$ 1,187 bilhão. As ações preferenciais classe B (PNB) da companhia tiveram ganho de 6,51% ontem, a R\$ 27,16.

Demanda da Comgás

A Comgás está notando "sinais modestos" de recuperação na demanda por gás na sua área de concessão, mas "nada muito consistente", disse ontem Nelson Gomes, presidente da companhia, durante teleconferência sobre os resultados do primeiro trimestre. Segundo ele, mesmo nos meses de abril e início de maio, a Comgás não vê volume consistentes de recuperação da demanda. A expectativa da companhia é de estabilidade em relação ao ano passado

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Venda de controle da BR distribuidora divide Petrobras

Ainda que esteja fora da pauta do conselho de administração, neste momento, a possibilidade de abertura do capital da BR Distribuidora voltou a ecoar nas "conversas de corredor" da petroleira, depois que a empresa interrompeu o processo de venda da subsidiária para reestruturação do modelo. Segundo um membro do conselho de administração da estatal, a proposta da companhia de vender 51% do capital votante da BR para um sócio, a partir de um modelo de controle compartilhado, nunca foi uma unanimidade dentro da empresa.

Segundo a mesma fonte, as equipes de aquisição e desinvestimento e finanças, ambas subordinadas ao diretor financeiro e de relações com investidores, Ivan Monteiro, defendem a venda do controle da distribuidora. Mas a proposta não é consenso entre alguns membros das áreas técnicas de estratégia e refino, por exemplo. A hipótese de uma oferta pública inicial (IPO) da subsidiária nunca foi descartada, mesmo que a petroleira tenha optado, no ano passado, por prosseguir com a venda do controle compartilhado da BR.

A Petrobras informou ontem que ainda não houve qualquer deliberação sobre o modelo de venda da BR dentro da diretoria ou do conselho de administração. A empresa comunicou também que ainda está analisando o reinício do processo de desinvestimento relacionado à participação da Petrobras na distribuidora, seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Uma segunda fonte a par do assunto disse que a proposta de IPO da BR foi analisada pelo conselho da estatal ainda em 2015, porém desde que foi substituída pelo modelo de controle compartilhado, a possibilidade de abertura do capital da BR não voltou a ser discutida oficialmente pelo conselho.

A carteira de ativos à venda da Petrobras está sendo reavaliada pela empresa, depois que o TCU determinou que a estatal revisse a sistemática de seus desinvestimentos. A petroleira decidiu então interromper o processo em curso para venda do controle compartilhado da BR, que estava suspenso por força de uma liminar concedida pela 3ª Vara da Justiça Federal de Sergipe desde dezembro de 2016.

A decisão judicial saiu às vésperas da data para apresentação das propostas não vinculantes pelos 51% da distribuidora. Seria a partir do recebimento dessas ofertas que a estatal definiria quem teria potencial de negociação e teria acesso ao banco de dados da BR para um processo de diligência nos números, contratos e processos da empresa. Na sexta-feira, porém, a mesma vara federal decidiu pela extinção da ação popular que suspendia a venda de fatia na BR.

Na defesa do processo, a Petrobras informou que mantinha contato com 25 interessados até 7 de novembro - o Citigroup enviou a oferta de venda da BR a 105 potenciais interessados.

Algumas empresas, como a Itaúsa e Lojas Americanas, chegaram a manifestar publicamente o interesse pela BR. Segundo o conselheiro consultado pelo Valor, Brookfield, Vital, Reliance, GP, Total e a Advent são outras empresas que monitoram a operação.

A venda da BR é tida como um dos principais trunfos do plano de desinvestimentos da Petrobras, que assumiu o compromisso de vender US\$ 21 bilhões em ativos no biênio 20017-2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Nippon Steel diz querer solução para Usiminas

A Nippon Steel & Sumitomo Metal, que no Brasil faz parte do bloco de controle da Usiminas, decidiu trocar seu comando executivo nas Américas. Kazuhiro Egawa chega para o lugar antes ocupado por Yoichi Furuta e assume com um discurso forte de resolução do conflito com a Ternium, do grupo ítalo-argentino Techint, outra integrante da sociedade na siderúrgica mineira.

Em entrevista ao Valor, o novo diretor revelou que já se encontrou com conselheiros da Usiminas que votaram no fim de março pela destituição de Rômelo de Souza e eleição de Sérgio Leite como presidente-executivo. Souza é preferido pela Nippon Steel no cargo e uma ação corre na Justiça mineira para reconduzi-lo ao posto.

De acordo com Egawa, Rita Rebelo, conselheira ligada à Previdência Usiminas - que também integra o bloco de controle da empresa -, e Luiz Carlos Miranda, membro do colegiado indicado pelos empregados, foram procurados e concordaram que a alternância é uma maneira sólida de encerrar o conflito. Conselheiros ligados a minoritários também foram procurados, acrescentou.

Além disso, ele garantiu que as conversas com a Ternium continuam para que um consenso seja atingido, mas não quis revelar o teor das negociações. "Meu papel é terminar o mais rápido possível essa disputa entre os acionistas, que é sem sentido, e colocar os interesses da Usiminas em primeiro lugar", afirmou.

Egawa até recentemente era diretor responsável por operações globais da Nippon Steel, sediado em Cingapura, e trocou de lugar com Furuta. Em março, o grupo japonês realizou mudanças no corpo executivo e de conselheiros, momento no qual Egawa foi escolhido como líder do "projeto Usiminas".

"Ser enviado ao Brasil no ano de aniversário de 60 anos da solicitação de Juscelino Kubitschek [ex-presidente brasileiro] para o governo japonês e a Nippon Steel construírem uma siderúrgica no país mostra o laço forte entre Nippon e Usiminas", declarou.

Na entrevista, o novo diretor para as Américas reforçou a posição tomada no fim do ano passado de que a melhor saída para a disputa com a Ternium é a alternância entre as duas companhias nas presidências executiva e do conselho de administração. Ele também rechaçou a contraoferta da Ternium, de incluir no acordo uma cláusula de resolução de conflitos, possivelmente com a saída de uma das partes.

"A alternância torna a cláusula de saída desnecessária", opinou o diretor da Nippon Steel. "O outro lado poderia criar uma situação negativa e forçar a saída da outra parte. É uma proposta de quem deseja controlar a empresa para sempre e a Nippon Steel não quer o controle único da Usiminas."

Mas o discurso sobre exigir que Souza fique na empresa parece ter suavizado. A Ternium já declarou que aceita a alternância, desde que o ex-presidente da Usiminas não volte, mas a Nippon Steel exigia a presença do executivo. "O que nós queremos é uma regra clara de alternância. Rômelo foi destituído de forma ilegal e isso deve ser reparado, mas ainda não conversamos sobre nomes específicos", afirmou Egawa.

Mesmo assim, a ação judicial segue em Minas Gerais para avaliar a decisão do conselho de retirar Souza - sem consenso prévio dos controladores, que é exigido no acordo de acionistas. de qualquer forma, a Nippon Steel também continua bastante elogiosa ao trabalho do ex-presidente.

"Os resultados do primeiro trimestre demonstram a qualidade e competência de Rômelo, que retornou à companhia em outubro e saiu apenas no fim de março. É um bom presidente e que trabalha para o que é melhor para a Usiminas", concluiu Egawa. "É o mineiro dentre os mineiros."

MME / ASCOM .